# COMUNICADO FINAL

O Ministério dos Transportes realizou, no dia 16 de Novembro de 2026, na Tenda da Baía de Luanda, Município da Ingombota, Província de Luanda, o seu **XIX Conselho Consultivo, sob o lema «Angola em Movimento: Da Visão e Estratégia à Entrega».** O encontro constituiu um espaço de balanço, reflexão e concertação sobre as principais realizações, os constrangimentos e as prioridades para a consolidação da transformação do sector.

## PARTICIPAÇÃO E SESSÃO DE ABERTURA

O XIX Conselho Consultivo reuniu cerca de 450 participantes, provenientes do órgão central do Ministério, das agências e institutos públicos, das empresas públicas e de domínio público do sector, das Direcções de Gabinetes Provinciais dos Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana, do Governo Provincial de Luanda, bem como representantes de entidades parceiras e outros convidados.

Na mensagem de boas-vindas, o Dr. Jorge Miguêns Augusto, Vice-Governador da Província de Luanda para o Sector Económico, agradeceu a escolha da capital para acolher o Conselho Consultivo e realçou os esforços empreendidos na melhoria da mobilidade de pessoas e mercadorias, sublinhando a cooperação institucional entre o Governo Provincial de Luanda e o Ministério dos Transportes.

Na abertura oficial, o Ministro dos Transportes, Dr. Ricardo Viegas D'Abreu, colocou uma questão orientadora à reflexão dos participantes: «Estaremos a fazer tudo o que nos compete para que Angola esteja mais preparada para o futuro?». Salientou que os resultados alcançados, embora relevantes, não devem conduzir à acomodação, devendo traduzir-se em serviços mais seguros, eficientes, acessíveis e capazes de responder às necessidades da população e da economia.

O Ministro enfatizou que a participação de operadores especializados e o recurso a modelos de concessão não diminuem as responsabilidades do Estado; pelo contrário, reforçam a exigência de uma regulação,

supervisão e fiscalização eficazes. Às entidades públicas compete assegurar o rigor institucional e a gestão responsável dos activos, avaliando os progressos pela qualidade dos serviços prestados e pela conectividade efectiva de pessoas e mercadorias.

## BALANÇO DOS 50 ANOS E TRANSFORMAÇÃO DO SECTOR

Realizado no quadro da celebração dos 50 anos de actividade do Ministério dos Transportes, o Conselho recordou a evolução histórica do sector, inicialmente marcada pela reorganização administrativa, recuperação e reabilitação de infra-estruturas, reforço da capacidade operacional e relançamento dos serviços no período pós-conflito. Numa etapa subsequente, a intervenção sectorial passou a privilegiar investimentos estruturantes, modernização tecnológica, novos modelos de gestão e o reforço das ligações nacionais e regionais.

No plano institucional, destacaram-se as reformas regulatórias e a transformação de institutos públicos em entidades vocacionadas para a regulação, supervisão e fiscalização, com vista ao aumento da

especialização, à clarificação das responsabilidades e à aproximação aos padrões internacionais de segurança e qualidade.

No domínio marítimo-portuário, foram salientados os processos de concessão e de modernização de infra-estruturas, incluindo o Terminal Multiusos do Porto de Luanda, associado à DP World, o Terminal Polivalente, no contexto Unicargas/Abu Dhabi Ports, e o terminal do Lobito, associado à AGL. Foram igualmente referidos o Terminal de Águas Profundas do Caio e o novo terminal de contentores do Namibe, enquanto intervenções relevantes para o reforço da capacidade portuária e da competitividade logística.

No transporte marítimo de cabotagem, realçou-se o relançamento da Cabotagem Norte, com destaque para a ligação regular Luanda–Soyo–Cabinda e para o esforço de reforço e modernização da frota, visando melhorar a circulação de pessoas e mercadorias e a integração territorial.

No domínio ferroviário, mereceram destaque a reactivação do Corredor do Lobito e a concessão da linha férrea e do terminal mineraleiro à Lobito Atlantic Railway (LAR), bem como o projecto de ligação ferroviária à Zâmbia e o início da construção do ramal Luena–Saurimo. Estes projectos foram reconhecidos pelo seu potencial de integração regional, dinamização dos corredores logísticos e afirmação de Angola nas cadeias de transporte e comércio internacionais.

No subsector aeroportuário, foram assinalados a inauguração do Aeroporto Internacional Dr. António Agostinho Neto e os investimentos nos novos aeroportos de Cabinda e Mbanza Congo, considerados marcos na expansão e modernização da rede aeroportuária nacional. No domínio da mobilidade terrestre, destacou-se a entrega de mais de 2.000 autocarros aos Governos Provinciais, enquanto contributo para a melhoria dos serviços de transporte colectivo.

Foi ainda reconhecida a criação de instrumentos e entidades destinados a reforçar a organização, a capacidade de gestão e a inovação no sector,

designadamente a ENBI, no âmbito da bilhética integrada, a Sociedade de Desenvolvimento da Barra do Dande, a ATO, enquanto operador aeroportuário, a ICB-Urbe, ligada ao desenvolvimento da Aerotropolis de Icolo e Bengo, e o Fundo Social do Sector dos Transportes.

## ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS E MATÉRIAS APRECIADAS

Os trabalhos decorreram em quatro painéis e cinco mesas-redondas, nos quais foram apreciados o grau de cumprimento das recomendações dos Conselhos Consultivos anteriores, os resultados das reformas institucionais, os avanços na regulação, supervisão e fiscalização e a implementação dos investimentos nos diferentes modos de transporte.

As apresentações e os debates abordaram, igualmente, a eficiência operacional e a sustentabilidade económico-financeira das empresas, a gestão e valorização dos activos estratégicos, a participação do investimento privado, a segurança dos transportes, a integração dos sistemas logísticos, a transformação digital e a qualificação do capital humano.

As reflexões convergiram na necessidade de passar de uma fase predominantemente centrada na realização de investimentos e na reestruturação institucional para uma fase de consolidação, orientada por resultados mensuráveis, melhoria efectiva do serviço público, sustentabilidade e responsabilização dos diferentes intervenientes.

## PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Da apreciação das matérias e dos contributos apresentados, o XIX Conselho Consultivo registou as seguintes conclusões:

1. O balanço do cumprimento das recomendações do último Conselho Consultivo evidenciou níveis reduzidos de execução efectiva, por ter sido realizado há menos de seis meses e algumas das recomendações serem de execução de médio prazo.

2. As reformas institucionais, os investimentos estruturantes e os modelos de concessão e parceria com operadores especializados têm contribuído para a modernização do sector, o aumento da capacidade

de investimento e a melhoria das condições de conectividade territorial e regional.

3. O aprofundamento da especialização institucional permitiu avanços na regulação, supervisão e fiscalização e uma maior aproximação aos referenciais internacionais. Persistem, contudo, lacunas na regulamentação e aplicação das convenções internacionais ratificadas, na delimitação de competências e na capacidade de controlo e acompanhamento do cumprimento das obrigações sectoriais.

4. A segurança operacional e a investigação de acidentes e incidentes exigem o fortalecimento das entidades responsáveis, a concretização dos planos de acção correctiva resultantes de auditorias e a disponibilização de meios humanos, técnicos e financeiros adequados.

5. Apesar dos progressos nas infra-estruturas portuárias e ferroviárias, subsistem constrangimentos ligados ao congestionamento dos acessos portuários, à articulação entre modos de transporte, à integração das cadeias logísticas e aos custos de operação, com reflexos na eficiência e competitividade do sector.

6. A sustentabilidade económico-financeira das empresas e dos serviços de transporte continua a exigir uma gestão rigorosa dos activos, maior eficiência operacional e a avaliação dos efeitos dos modelos de exploração e concessão, assegurando o equilíbrio entre desempenho económico e interesse público.

7. No transporte aéreo, o reforço da conectividade deverá ser acompanhado de estabilidade operacional, crescimento criterioso das frequências e observância dos requisitos de segurança e sustentabilidade económico-financeira.

8. A insuficiência de quadros técnicos especializados, os diferentes níveis de maturidade digital das instituições e a limitada interoperabilidade dos sistemas constituem desafios transversais, que condicionam a modernização dos serviços e a qualidade da tomada de decisão.

**RECOMENDAÇÕES**

Em face das constatações e conclusões acima enunciadas, o XIX Conselho Consultivo recomenda:

1. Reforçar a responsabilização institucional e a coordenação interinstitucional, assegurando que as recomendações pendentes sejam traduzidas em planos de implementação com prioridades, responsáveis, prazos e indicadores verificáveis, sujeitos a monitorização e reporte periódicos.

2. Acelerar a transposição, regulamentação complementar e aplicação efectiva das convenções internacionais ratificadas, particularmente no domínio marítimo e das actividades offshore e, no domínio rodoviário, no âmbito do TTTFP, instituindo mecanismos de acompanhamento do respectivo cumprimento.

3. Reforçar a capacidade institucional, técnica, humana e financeira dos órgãos de regulação, supervisão e fiscalização, bem como do INIPAT e das estruturas de investigação multimodal, dotando-os dos instrumentos e meios operacionais necessários ao exercício das respectivas atribuições.

4. Garantir a execução dos planos de acção correctiva decorrentes de auditorias, reforçando a cultura de prevenção, a segurança operacional,

a fiscalização e os procedimentos de investigação de acidentes e incidentes nos diferentes modos de transporte.

5. Implementar um programa sectorial articulado de formação especializada, certificação e retenção de quadros, com incidência em segurança rodoviária, investigação de acidentes e incidentes, direito marítimo e fiscalização multimodal, integrando programas de estágios, primeiro emprego e incentivo ao empreendedorismo jovem.

6. Acelerar a transformação digital nas instituições com maiores atrasos, promovendo a desmaterialização e interoperabilidade dos serviços e sistemas de informação, a operacionalização da Janela Única Logística e a utilização responsável de inteligência artificial e análise de dados como apoio à gestão e à tomada de decisão.

7. Melhorar a articulação logística e a eficiência dos sistemas de transporte, incluindo a optimização dos acessos portuários, a integração entre modos e a adopção de soluções inovadoras e sustentáveis, promovendo a avaliação periódica dos resultados das reformas e dos modelos de gestão e concessão de activos estratégicos.

8. Prosseguir o reforço da conectividade aérea com base na estabilidade das operações e no ajustamento criterioso das frequências nas rotas de maior procura, preservando a segurança, a qualidade do serviço e a sustentabilidade económico-financeira dos operadores.

## ENCERRAMENTO

O XIX Conselho Consultivo reafirmou o carácter estratégico do sector dos transportes para a diversificação da economia nacional, a coesão territorial, a integração regional e a afirmação de Angola como plataforma logística de referência para a circulação de pessoas e mercadorias.

O Conselho reconheceu que a etapa seguinte da transformação sectorial deve concentrar-se na consolidação dos investimentos efectuados, no fortalecimento das instituições, na eficiência e sustentabilidade das empresas, na valorização dos profissionais e na melhoria contínua da qualidade dos serviços. Reafirmou-se, por conseguinte, o compromisso de transformar a visão e a estratégia em realizações concretas, mensuráveis e alinhadas com as expectativas do País.